

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.703.204 - PB (2017/0260034-0)

RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO
SUPERIOR DO ESTADO DA PARAIBA
ADVOGADOS : IVAMBERTO CARVALHO DE ARAÚJO E OUTRO(S) -
PB008200
MARGELA NOBRE OLIVEIRA - PB017371
INTERES. : ROMILDO DOS SANTOS FALCAO
INTERES. : ANA SUERDA LEONOR GOMES LEAL
INTERES. : CELINA ALMEIDA BANDEIRA
INTERES. : IZES DE ARAUJO KENNS
INTERES. : JEANE CANDIDO DO NASCIMENTO
INTERES. : JOAO DE PAULA FREIRE
INTERES. : MARIANGELA DE MEDEIROS BARBOSA
INTERES. : HERMENEGILDO ALVES PEREIRA
INTERES. : JOSE FELIPE DE SOUZA
INTERES. : NEUSA PIRES RAMOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO.

O recurso tem origem em embargos opostos pela UFPB à execução de sentença que reconheceu, aos substituídos pelo sindicato recorrido, diferenças salariais referentes ao percentual de 3,17%. Os exequentes pretendiam receber o total de R\$ 99.102, 84 (noventa e nove mil, cento e dois reais e oitenta e quatro centavos).

A sentença de fls. 332-335 acolheu parcialmente os embargos para fixar o valor da execução em R\$ 57.505,34 (cinquenta e sete mil, quinhentos e cinco reais e trinta e quatro centavos), quantia apurada pela Contadoria Judicial.

O Tribunal *a quo* negou provimento às apelações interpostas por ambas as partes, em acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ÍNDICE DE 3,17%. EMBARGOS DO DEVEDOR. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. FATO CONSTATADO PELA CONTADORIA DO JUÍZO. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS DO ÓRGÃO AUXILIAR DO JUÍZO. MANUTENÇÃO.

1. Em se tratando de execução de título judicial, os cálculos para a definição do valor devido devem se ater aos critérios estabelecidos na sentença exequenda.

Superior Tribunal de Justiça

2. Embargada a conta apresentada pelo credor sob a alegação de ser excessiva, é a Contadoria Judicial, órgão de auxílio do Juízo sem qualquer interesse na lide, competente para apurar a existência de excesso.

3. A pretensão do exequente de excluir os juros sobre as parcelas solvidas administrativamente vai de encontro ao entendimento desta eg. Corte, no sentido de que os acréscimos incidentes a partir do pagamento, devem ser uniformes, para que a compensação, ao final, ocorra de forma equitativa e o valor efetivamente devido seja apurado.

4. Inexiste interesse recursal quanto ao índice de correção monetária, haja vista ter a Contadoria, conforme se observa dos esclarecimentos prestados, utilizado o IPCA-E, como defende o recorrente.

5. Esclarecimento da Contadoria do Foro de que os valores considerados como base de cálculo foram os constantes nas fichas financeiras apresentadas pela própria embargante, inclusive com relação a 13° e 1/3 de férias, ou seja, a própria apelante os definiu. Aponta, ainda, que foi procedida a correção do valor alegado em duplicidade. Por fim, deixa claro a Assessoria Contábil do Foro que os cálculos foram elaborados nos estritos termos do julgado. A apelante não faz prova de que os contratos considerados não estão contemplados no título judicial. Dessa forma, deve prevalecer a constatação do Órgão Auxiliar do Juízo, dotado de fé pública e equidistante dos interesses das partes.

6. Para obter os benefícios da justiça gratuita, devem as entidades sem fins lucrativos comprovar o estado de miserabilidade, não bastando a simples declaração de pobreza.

7. Improvimento da apelação (fl.412).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados pelo acórdão de fls. 461-463.

Em suas razões recursais, a UFPB alega ofensa aos artigos 141, 489, 492, 502 e 503 do CPC/15. Sustenta, em síntese, (i) que o acórdão recorrido não enfrentou as alegações de erro nas informações da contadoria e (ii) que os valores apurados pela contadoria judicial estão em desconformidade com o título judicial exequendo.

Foram apresentadas contrarrazões, às fls. 546-548, pelo não conhecimento ou improvimento do recurso especial.

O parecer do MPF é pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Em relação à indicada violação do art. 489, do CPC/2015, não se vislumbra omissão quanto ao enfrentamento das alegações de erro nas informações da contadoria judicial. Isso porque, o tribunal *a quo* abordou a questão à fl. 411, consignando que *"os cálculos elaborados pela Contadoria do Juízo, juntamente com os esclarecimentos apresentados, estão em sintonia com os critérios definidos no título executivo, de forma que não merece censura o seu acolhimento"*.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios

Superior Tribunal de Justiça

caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 489, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:



Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO NÃO EVIDENCIADA. ACÓRDÃO QUE SE MANIFESTOU DE FORMA CLARA E FUNDAMENTADA A RESPEITO DA QUESTÃO RELEVANTE.

1. Na hipótese, afasta-se a alegada violação dos arts. 1.022, II, combinado ao parágrafo único, II, e 489, §1º, IV e VI, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo que se confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

2. Agravo interno não provido

(AgInt no REsp 1799531/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 18/09/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXONERAÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. INEXISTÊNCIA. GARANTIA DA AMPLA DEFESA. MATÉRIA ANALISADA SOB ENFOQUE CONSTITUCIONAL.

1. Não prosperar a tese de violação dos arts. 489, § 1º, IV, V, e 1.022, II, do CPC, porquanto o acórdão impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. O fato de o Tribunal a quo haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

3. Relativamente ao procedimento administrativo aplicado para a exoneração da agravada, o Tribunal de origem entendeu que não houve a observância do princípio da ampla defesa previsto no art. 5º, LV, da Constituição Federal.

4. A controvérsia foi dirimida pela instância ordinária com fundamento em dispositivo constitucional. Ressalto que em apelo extremo não se analisa suposta afronta a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1436185/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/05/2019, DJe 29/05/2019)

No mérito, verifica-se que a irresignação da recorrente, acerca da desconformidade dos cálculos da Contadoria Judicial com os ditames do título judicial exequendo transitado em julgado, vai de encontro às convicções do julgador *a quo* que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim decidiu (fls. 410-411):

Os argumentos dos recorrentes não me levam a modificar a sentença recorrida.

Superior Tribunal de Justiça

Na verdade, conforme se depreende das suas alegações, o que pretendem é utilizar na execução critérios de liquidação diferentes aos determinados na sentença exequenda, defendendo cálculos divergentes do seu comando.

Entendo, como o MM. Juiz sentenciante, que os cálculos elaborados pela Contadoria do Juízo, juntamente com os esclarecimentos apresentados, estão em sintonia com os critérios definidos no título executivo, de forma que não merece censura o seu acolhimento.

(...)

Registre-se, por fim, que o Contador do Juízo é profissional habilitado, investido de e, na munus publico qualidade de auxiliar da Justiça, figura em posição equidistante dos interesses particulares das partes, razão pela qual suas percepções gozam de presunção de legitimidade, salvo prova eloquente em sentido diverso, não apresentada na espécie.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. SUPOSTA OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. MATÉRIA ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INVIABILIDADE. COTEJO DE PEÇAS PROCESSUAIS. ANÁLISE DE CÁLCULOS DA CONTADORIA JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há que se falar em ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973 se o Tribunal de origem expressamente afasta tese de defesa suscitada nas razões de apelação supostamente não enfrentada no julgamento do apelo.

2. A análise da tese segundo a qual os cálculos teriam sido realizados em desacordo com as determinações constantes do título executado, em afronta à coisa julgada e causando enriquecimento ilícito da recorrida, demanda, necessariamente, o reexame da matéria fático-probatória, especialmente o cotejo das peças processuais da ação de conhecimento anterior (petição inicial, sentença e acórdão de apelação) com as peças da presente ação de execução de sentença. Além disso, seria necessário analisar a correção ou o equívoco dos cálculos realizados durante a execução, procedimentos inviáveis em sede de recurso especial ante o óbice previsto na Súmula nº 7/STJ.

3. "A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que tecer considerações acerca dos critérios e informações contábeis utilizados para a liquidação da sentença exige incursão do STJ no conteúdo fático-probatório. Incidência da Súmula/7STJ" (STJ, REsp 1.622.353/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2017).

4. Agravo interno não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no REsp 1677745/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 27/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DIFERENÇAS RELATIVAS À GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIOS) E SEXTA-PARTE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR FALTA DE APRESENTAÇÃO DE INFORMES OFICIAIS DESCABIMENTO. REVOLVIMENTO DE MATERIAL PROBATÓRIO.

1. Na origem, trata-se de Embargos à Execução opostos sob o fundamento de que os cálculos apresentados não correspondem ao valor constante do título executivo, em evidente excesso de execução.

2. Esta Corte possui entendimento no sentido de que "é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial no tocante à suscitada incorreção dos cálculos realizados pela contadoria judicial tendo em vista a necessidade de reexame do acervo fático-probatório dos autos". Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1697157/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017)

Ante o exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator